Vila do Conde – Estudos de enquadramento e caraterização

Património Arquitetónico, Arqueológico e Arqueológico Industrial

Índice:

1.	**Introdução**:	**5**
1.1.	Os Valores Patrimoniais existentes no Concelho de Vila do Conde	6
1.2.	Os Valores Patrimoniais no Plano Diretor Municipal	7
1.3.	Os Valores Patrimoniais Classificados	11
2.	**Objetivos e Metodologia:**	**15**
2.1.	O Património Arquitetónico	15
2.2.	O Património Arqueológico	16
2.3.	O Património Arqueológico Industrial	17
3.	**Inventário:**	**21**
	Património Arquitetónico	
	Património Arqueológico	
	Património Arqueológico Industrial	

Nota:

Este Relatório foi redigido para impressão frente e verso.
A Versão digital em formato *pdf* consiste num documento navegável, com ligações externas representadas a negrito sublinhado e ligações dentro do documento representadas apenas a negrito. A partir do índice é possível navegar diretamente para os vários capítulos, e retornar ao índice clicando no título do respetivo Capítulo.
De igual forma os índices de cada uma das freguesias presentes no inventário do património têm ligações diretas para as fichas individuais dos elementos inventariados, e destas para o índice anterior, clicando no nome da freguesia aí presente.

Data da elaboração do Relatório:	dezembro de 2012	Ricardo Gonçalves
Última atualização:	novembro de 2018	Sofia Castro

Textos de:

Paulo Costa Pinto
Liliana Pereira
Pedro Brochado de Almeida

1.Introdução:

O presente relatório desenvolveu-se a partir do levantamento realizado no local e análise da cartografia, elementos de apoio foram consultadas fontes bibliográficas, processos arquivados na Câmara Municipal de Vila do Conde, estudos efetuados no âmbito da revisão do PDM em vigor (PDM 1995), com a devida atualização e reporta-se, exclusivamente, aos valores patrimoniais culturais identificados no Concelho de Vila do Conde considerados mais proeminentes da cultura e memória coletiva locais[1].

Considerado como herança e identidade do lugar e das populações, a salvaguarda e preservação do património revela-se um fator preponderante na definição das estratégias de Ordenamento e Planeamento dos territórios a contemplar na proposta do Plano Diretor Municipal e abordados no presente documento.

Patente na última publicação das **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial**, revistas pelo Comité do Património Mundial da UNESCO, transcrita para português no ano de 2008[2] e vertidas da **Convenção do Património Mundial**[3], o Património Mundial surge então classificado como Património Cultural e Património Natural, descritos nos Artigos 1º e 2º respetivamente, os quais se passam a transcrever:

"**Artigo 1º**: *"Para fins da presente Convenção são considerados como património cultural:*

- Os monumentos: obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- Os sítios: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico."

Artigo 2º: *"Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:*

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico;

---

[1] Ver artigo 1º das "Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial"

2 Revista pelo CPM.em 11/01, com data de agosto de 2011

[3] Convenção realizada em 1972, na qual participaram os Estados membros da UNESCO, tendo por objetivo a identificação, proteção, conservação e valorização do Património Mundial, nas vertentes cultural e natural.

- As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

- Os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural"."

Semelhante definição surge para o Património Arquitetónico na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, assinada em Granada a 3 de outubro de 1985, transcrita no **Decreto do Presidente da República n.º 5/91 de 23 de janeiro**, nomeadamente no Artigo 1º, referindo-se à definição do património arquitetónico.

1.1.Os Valores Patrimoniais existentes no Concelho de Vila do Conde

O património existente em Vila do Conde distribui-se por todo o Concelho, ao longo das 30 freguesias, figurando um significativo registo de diferentes épocas, com particular incidência no núcleo urbano da freguesia de Vila do Conde, Sede do Concelho, revelando esta ao longo dos tempos uma expressiva preponderância em relação às restantes.

Face ao extenso intervalo temporal que o conjunto dos valores patrimoniais consagra, e à proximidade de certas temáticas nas disciplinas da Arquitetura e da Arqueologia, o objeto de análise de ambas tende por vezes a convergir, não só ao mesmo espaço físico como por vezes ao próprio objeto em estudo, de que são exemplo as Pontes de S. Miguel na freguesia de Arcos e D. Zameiro em Bagunte/Macieira da Maia, as Igrejas de S. Cristóvão em Rio Mau, de Santa Maria em Touguinha e de São Gonçalo em Mosteiró, a Quinta dos Cavaleiros em Outeiro Maior e a Villa Fernandi/Quinta do Mosteiro, na freguesia da Junqueira.

Relativamente ao Património Arquitetónico, e considerando as características morfotipológicas dos valores patrimoniais aqui representados, poder-se-á agrupá-los nas seguintes categorias:

- Edifícios Religiosos
- Edifícios Urbanos
- Casas de Quinta
- Elementos Singulares
- Conjuntos Edificados
- Elementos Arquitetónicos de Relevância

Igual classificação já se verificava, e mantém-se atual, na descrição dos elementos patrimoniais do Relatório do Património Edificado do Plano Diretor Municipal de 1995. Mostrou-se apenas necessário aditar uma outra categoria relativa a novos elementos que integram o

inventário, nomeadamente alguns edifícios onde funcionam escolas primárias, o Hospital Distrital de Vila do Conde e o antigo Hospital de São João Evangelista em Azurara, a Casa Museu José Régio e o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária em Vairão entre outros. Todos estes elementos poder-se-ão integrar na categoria Elementos Arquitetónicos de Relevância.

1.2.Os Valores Patrimoniais no Plano Diretor Municipal

- Edifícios Religiosos:

Por todo o Concelho de Vila do Conde podem ser encontrados inúmeros elementos de valor patrimonial de caráter religioso, nomeadamente igrejas, mosteiros e conventos, capelas, e ainda outros elementos de menor dimensão como cruzeiros, alminhas ou passos.

O espaço temporal da época de construção destes elementos varia entre o século XI nos edifícios mais antigos, e os dias de hoje nos edifícios mais recentes. Exemplos de edifícios de construção mais remota encontramos no Concelho de Vila do Conde a Capela da Sr.ª da Guia do século XI na cidade, a Igreja românica de São Cristóvão de Rio Mau e a Igreja de Santa Cristina de Malta do século XII.

De construção mais recente podemos encontrar em Vila do Conde igrejas construídas já na segunda metade do século XX, de que são exemplo a Igreja Paroquial do Senhor dos Navegantes e a Capela do Desterro.

Determinantes na fundação e desenvolvimento das localidades onde se incluíam foram as ordens religiosas que então professavam um pouco por todo o país, o mesmo acontecendo no espaço hoje abrangido pelo Concelho de Vila do Conde. Estas comunidades religiosas foram responsáveis pela instituição de inúmeros mosteiros e conventos dispersos por todo o território nacional. Em Vila do Conde destaca-se o Convento de Santa Clara fundado no século XIV por D. Afonso Sanches e sua esposa D. Teresa Martins, vinculado à Ordem de São Francisco e dedicado à comunidade das freiras clarissas. Aos dias de hoje, para além da igreja gótica de Santa Clara, chegou o imponente edifício conventual setecentista cuja construção foi encomendada a Henrique Ventura Lobo já na segunda metade do século XVIII. O edificado da ala dos dormitórios que hoje se apresenta à cidade de Vila do Conde é resultado de significativas obras de restauro e reconstrução que decorreram da adaptação do mosteiro a estabelecimento tutelar de menores no ano de 1930 da autoria de Estevão Eduardo Augusto Parada Leitão e de Alberto da Silva Bessa, responsável pelas oficinas, igualmente no século XX.

Também pelas freguesias podemos encontrar outros exemplos da vinculação destas comunidades religiosas aos povoados locais, designadamente o Mosteiro de São Bento em Vairão, cuja fundação remonta ao ano de 974, reaparecendo em 1021 como comunidade dúplice de monges e monjas. Já no século XII a abadessa Elvira Toereiz (filha de Toderio Fromariques) substituiu a comunidade dúplice por monjas beneditinas O edificado que persiste até aos dias de hoje caracteriza-se pela arquitetura religiosa quinhentista, maneirista, barroca e neoclássica. Na

freguesia da Junqueira encontra-se outro imponente exemplo destas edificações religiosas, o Mosteiro de São Simão da Junqueira. Fundado no século XI por D. Areas, Arcediago da Sé de Braga, o mosteiro seguia os princípios da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Em conjunto com o mosteiro foi edificada a Igreja Paroquial da Junqueira, originalmente a igreja conventual do antigo Mosteiro de São Simão da Junqueira. A Igreja que atualmente existe resulta da reedificação datada do século XVII do edifício original, de traça essencialmente barroca e maneirista, que se sobrepôs ao edificado original de época medieval.

Nesta classe surgem ainda as inúmeras igrejas paroquiais e capelas dispersas pelo Concelho, construídas essencialmente entre o século XVI e o século XVIII, muitas delas edificadas sobre pré-existências de épocas anteriores, nomeadamente da época medieval. Existem ainda dispersas pelo Concelho várias capelas particulares, integradas normalmente em casa de quinta, datadas dos séculos XVII e XVIII, das quais se destacam a capela da Casa dos Cavaleiros em Outeiro e a capela da Quinta da Espinheira em Touguinhó.

- Edifícios Urbanos

Estes edifícios surgem na maior parte dos casos em contextos urbanos e paisagísticos de particular destaque, sendo eles próprios motivo de valorização e pontos de referência dos sítios onde se inserem. Datados do final do século XIX e inícios do século XX na sua maioria, estes edifícios relacionam-se com alguma imigração no Brasil, denotando uma arquitetura com influências de um certo ecletismo da época, nomeadamente algumas nuances de arte nova.

- Casas de Quinta

Estes elementos de arquitetura doméstica encontram-se disseminados um pouco por todo o Concelho, formalizando a tradicional casa de quinta da Região Entre-Douro-e-Minho. No caso particular de Vila do Conde estas propriedades chegam até aos dias de hoje mantendo a sua integridade física na generalidade dos casos graças a um particular sistema de transmissão de bens que vigorou na região, similar ao antigo morgadio, a Doação. Este processo evitava a fragmentação das propriedades ocasionada por outros processos de partilha onde a sua divisão era feita pelos vários herdeiros. Classificadas como "casa complexa de pátio fechado" por Rosa Fernanda Moreira da Silva[4], estas casas, geralmente com áreas de 5 ou mais hectares, denotavam pela sua arquitetura e dimensão o elevado nível económico dos proprietários donatários. "*Estas habitações constam de dois pisos, o inferior reservado a lojas, estábulo, casa da eira, e o superior à habitação. Os anexos agrícolas formam, com o bloco de habitação, uma unidade que delimita um pátio fechado, mais ou menos extenso, com a designação local de*

[4] Fundadora do Curso de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, licenciou-se em Geografia pela Universidade de Coimbra em 1966 com a tese "A Área das doações – seus problemas agrários", tendo-se doutorado em 1981 pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto defendendo a tese com o título "Paisagem agrária das planícies e colinas minhotas – contrastes e mutações".

quinteiro. O acesso a esse pátio faz-se sempre por um portal de serviço, geralmente rasgado na própria fachada da casa".[5] Consequente do sistema de doação a estrutura destas habitações tornava-se frequentemente mais complexa, decorrente da duplicação das funções da casa resultante da convivência dos donatários e seus doadores. Mais recentemente, fruto das mutações no setor agrícola decorridas no início dos anos setenta, especificamente a especialização do setor na produção leiteira, estes conjuntos agrícolas veem introduzidas novas estruturas no seu conjunto, resultantes da necessidade de adaptação à nova realidade nas catividades agrícolas. De uma agricultura que se baseava na produção de culturas arvenses, em especial o milho, em que a pecuária tinha pouco significado nas explorações, respondendo apenas ao consumo próprio da casa, passou-se a uma produção massificada do setor leiteiro. Os espaços onde outrora existiam a eira, onde era armazenado o milho ou outros cereais, e outros anexos ligados às atividades agrícolas mais tradicionais, são então ocupados por estruturas modernizadas de grandes dimensões que acomodam as vacarias, com capacidade para números muito superiores de animais que os antigos estábulos integrados nas casas agrícolas albergavam. Vinculadas a estas estruturas surgem ainda grandes silos de betão anexos às vacarias para armazenar o alimento para os animais proveniente das culturas forrageiras cultivadas nos terrenos agrícolas.

Estas inovações introduzem novos elementos no conjunto composto pela casa e anexos agrícolas, traduzindo-se numa escala mais expressiva tanto na dimensão física das edificações como na consequente produção, sem no entanto adulterar a estrutura base das casas de quinta originais.

Da generalidade das casas de quinta existentes no Concelho, datadas a partir do século XVII, destacam-se a Casa de Quinta dos Cavaleiros em Outeiro Maior do século XIV e a Casa de Quinta do Freixo em Guilhabreu do século XVI. Estas duas quintas encontram-se em avançado estado de deterioração, encontrando-se a Casa dos Cavaleiros, o exemplar mais antigo destes imóveis de arquitetura doméstica no Concelho, em completo estado de ruína.

- Elementos Singulares

Nesta categoria encontram-se exemplos de elementos arquitetónicos singulares que pontuam a paisagem de Vila do Conde como pontes, azenhas e açudes, aquedutos, cruzeiros e pelourinhos, alminhas e passos. Alguns destes elementos ocupam frequentemente posição de destaque nos locais onde se implantam, consubstanciando pontos de referência e de caracterização dos lugares.

Das pontes, localizadas maioritariamente ao longo dos rios Ave e Este, sobressaem a Ponte de Ave Dom Zameiro em Macieira da Maia e a Ponte velha de Este em Touguinhó, ambas de

[5] Moreira da Silva, Rosa Fernanda (1981) "Paisagem agrária das planícies e colinas minhotas – contrastes e mutações"*Tese de Doutoramento pela F.L.U.P.*

estrutura medieval, e a Ponte de São Miguel de Arcos, esta do século XVI/XVII. Por vezes associadas às pontes surgem as azenhas e açudes, estas igualmente dispostas essencialmente no decurso dos rios Ave e Este. Das pontes existentes encontram-se todas em uso, sendo que a Ponte Dom Zameiro se confina ao uso pedonal. Contrariamente às azenhas e açudes, que se encontram na sua maioria em mau estado de conservação e sem qualquer uso associado, as pontes encontram-se na sua grande maioria em bom estado de conservação.

Para além das pontes e açudes, aquedutos, cruzeiro e pelourinhos, foram introduzidos neste relatório novos elementos que não constavam no inventário do relatório do património do PDM de 1995, as alminhas e os passos, presentes em várias freguesias do Concelho.

- Conjuntos Edificados

Esta categoria refere-se a alguns conjuntos formados por várias casas agrícolas que compõem pequenos aglomerados rurais, por vezes resultado de processos de divisão de propriedades entre herdeiros que também se verificaram no Concelho de Vila do Conde, como é o caso de alguns aglomerados nas freguesias de Macieira da Maia, Arcos ou Tougues, entre outras. Estes conjuntos apoiam-se em estruturas viárias capilares, geralmente associados a eixos importantes de ligação entre freguesias. Embora surjam conjuntamente em alguns locais, como é referido, estas casas agrícolas aparecem isoladamente nas fichas descritivas do património edificado do presente relatório.

Um outro exemplo de conjuntos edificados presente neste relatório é formado por alguns edifícios de habitação localizados nas avenidas de expansão balnear de finais do século XIX e princípios do século XX na freguesia de Vila do Conde. As próprias avenidas poderão ser consideradas conjuntos edificados, visto serem ladeadas por construções do mesmo caráter, e manterem um perfil homogéneo em praticamente toda a sua extensão. Podemos encontrar ao longo das Avenidas Bento de Freitas e Sacadura Cabral vários exemplos destas edificações, algumas das quais se destacam das demais pela sua arquitetura arrojada e imponente, como por exemplo o palacete Melo e outras moradias apalaçadas. Alguns destes elementos surgem nas fichas individuais agrupados, como conjuntos edificados. São estas edificações que figuram nesta categoria, geralmente moradias do tipo construção em banda ou edifícios bifamiliares.

- Elementos Arquitetónicos de Relevância

Integram esta categoria, os novos elementos acrescidos ao inventário, relativos a construções que se destacam pela sua qualidade ou relevância arquitetónica, vertidos da base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, representando equipamentos coletivos, nomeadamente hospitais e escolas primárias, conjuntos residenciais como o Complexo Residencial de Renda Económica da Federação das Caixas de Previdência, ou outros elementos singulares, como é o caso do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

1.3. Os Valores Patrimoniais Classificados

À data da elaboração do PDM em 1995, encontravam-se inventariados 20 edifícios ou conjuntos, 6 com a classificação de MN (Monumento Nacional) e 14 com a classificação de IIP (Imóvel de Interesse Público).

- **Igreja de Santa Maria de Azurara** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)
- **Igreja de São Cristóvão de Rio Mau** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)
- **Igreja de São João Baptista, Matriz de Vila do Conde** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)
- **Pelourinho de Vila do Conde** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)
- **Aqueduto de Vila do Conde** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)
- **Igreja de Santa Clara (Largo do Monte)** (MN - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910)

Pelo Anúncio 65/2014 de 18 de março foi aberto procedimento para alargar a classificação de Monumento Nacional ao Convento de Sta. Clara e definir as zonas de proteção.

- **Ponte de São Miguel de Arcos** (IIP - Decreto n.º 28/82, de 26 de Fevereiro)
- **Igreja de São Francisco de Azurara** (IIP - Decreto n.º95/78, de 12 de Setembro)
- **Pelourinho de Azurara** (IIP - Decreto-Lei n.º23122, de 11 de Outubro de 1933)
- **Edifício conhecido por Palacete Melo** (IIP - Decreto do Governo nº1/86, de 3 de Janeiro)
- **Capela de Santa Catarina** (IIP - Decreto 28/82 de 26 de Fevereiro) o Decreto refere por lapso a localização desta capela em Areia, Freguesia de Árvore
- **Capela de Nossa Senhora da Guia** (IIP - Decreto nº 28/82, de 26 Fevereiro)
- **Capela do Socorro** (IIP - Decreto n.º95/78, de 12 de Setembro)
- **Casa de Submosteiro** (IIP - Decreto nº 129/77,de 29 Setembro)
- **Forte de São João Baptista** (IIP - Decreto nº 47 984, de 06 de Outubro de 1967)
- **Igreja da Misericórdia de Vila do Conde** (IIP - Decreto 28/82, de 26 de Fevereiro)
- **Capela de São João da Igreja de Vairão** (IIP - Decreto n.º 33 587, DG n.º 63, de 27-03-1944)
- **Capela de Nossa Senhora da Graça** (IIP - Decreto n.º 95/78, de 12 de Setembro)
- **Casa da Praça** (IIP - Decreto n.º129/77 de 29 de Setembro)
- **Cruzeiro de Azurara** (IIP - Decreto n.º45327, de 25 de Outubro de 1963)

Posteriormente a 1995, adquiriram estatuto de Monumento Nacional ou Monumento de Interesse Público, os seguintes imóveis:

- **Cividade de Bagunte** (MN - Despacho n.º 19338/2010, de 30 de Dezembro, Declaração de retificação n.º 467/2011, de 24 de Fevereiro)

Pelo Anúncio 13807/2012, foi alterada a denominação de *Castro de Bagunte* para *Cividade de Bagunte* e as áreas classificadas e de proteção.

- **Paço do Casal dos Cavaleiros** (Em vias de classificação com Proposta de Classificação como Monumento de Interesse Público (MIP) – Anúncio n.º 13604/2012, de 19 de Outubro e com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)

Pela Portaria 231/2013 de 12 de abril, foi classificado como Monumento de Interesse Público.

- **Mosteiro de São Simão da Junqueira** (Despacho de Homologação de 31 janeiro 1975 incluindo o Mosteiro, jardins, fontes, claustro e fonte)

Pela Portaria 315/2014, de 14 de maio, foi classificado como Monumento de Interesse Público.

Com procedimento de classificação em aberto, encontram-se os seguintes conjuntos e imóveis:

- **Parte Antiga de Vila de Conde e Azurara** (Em vias de classificação, homologado como IIP – Despacho de homologação de 9 de Junho de 1981)

Mantém-se em aberto o processo de classificação.

- **Azenha quinhentista no Rio Ave** (Em vias de classificação, homologado como IIP - Despacho de homologação de 07-07-1980)

Mantém-se em aberto o processo de classificação.

Vários outros imóveis tiveram procedimentos iniciados para classificação que foram, entretanto, caducados:

- **Igreja da Misericórdia de Azurara** (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)
- **Casa do Morgado de São Bento** (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)
- **Casa de São Roque** (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)
- **Casa São Sebastião onde se encontra a Biblioteca Municipal e jardim** (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)
- **Ponte D. Zameiro e Azenhas** (Em vias de classificação com Anúncio de Abertura do Procedimento de Classificação – Anúncio n.º16894/2011, de 16 de Novembro)
- **Igreja de Nossa Senhora da Lapa** (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)
- Conjunto de imóveis nas Avenidas Júlio Graça, Bento de Freitas e Sacadura Cabral – zona de expansão balnear de Vila do Conde (Em vias de classificação com Despacho de Abertura - Despacho n.º19338/2010 de 30 de Dezembro)

No campo da arqueologia vêm no mesmo Instituto listados os seguintes sítios arqueológicos:

- **Arões** (Casal Rústico)

- **Arões** (Necrópole)
- **Azevedo** (Achado(s) Isolado(s))
- **Bagunte - Monte da Cividade** (Povoado Fortificado)
- **Barca** (Povoado Fortificado)
- **Benguiados** (Necrópole)
- **Calçada de São Francisco** (Vestígios Diversos)
- **Canidelo** (Necrópole)
- **Caracol** (Achado(s) Isolado(s))
- **Carvalhas** (Mamoa)
- **Castro Boi** (Povoado Fortificado)
- **Corgo** (Povoado)
- **Farilhe** (Atalaia)
- **Forte de São João Batista (Vila do Conde)** (Canhão)
- **Fulão** (Anta)
- **Guilhabreu** (Necrópole)
- **Igreja Paroquial de Santo André da Parada** (Igreja)
- **Igreja de São João Batista** (Fortificação)
- **Igreja/Campos do Pereira** (Casal Rústico)
- **Igreja/Quinta de Vilas Boas** (Casal Rústico)
- **Igreja/Santa Maria de Vilar** (Estela)
- **Igreja/Santa Maria de Vilar** (Vila)
- **Labruge/Vila Chã** (Naufrágio)
- **Milreus** (Vestígios Diversos)
- **Mindelo** (Naufrágio)
- **Modivas de Baixo** (Lage Sepulcral)
- **Moldes** (Vestígios Diversos)
- **Monte Gentil** (Povoado Fortificado)
- **Monte Grande** (Necrópole)
- **Monte da Ruiva 3** (Achado(s) Isolado(s))
- **Mosteiro de Vairão** (Achado(s) Isolado(s))
- **Mosteiró** (Habitat)
- **Mourão** (Mamoa)
- **Naufrágio (1691) - Vila do Conde** (Naufrágio)
- **Navio mercante (1830) - Azurara** (Naufrágio)
- **Outeiro** (Povoado Fortificado)
- **Padrão** (Habitat)
- **Paiço** (Vestígios de Superfície)
- **Palmazão** (Casal Rústico)
- **Ponte de São Miguel de Arcos** (Ponte)

- **Póvoa/Campelo** (Casal Rústico)
- **Quinta da Faísca** (Vestígios Diversos)
- **Quinta das Galantes** (Habitat)
- **Quinta dos Cavaleiros** (Edifício)
- **Quintã** (Vestígios Diversos)
- **Retorta** (Povoado Fortificado)
- **Revilhões** (Vestígios de Superfície)
- **Rio Mau - Igreja de São Cristóvão** (Necrópole)
- **Safail** (Necrópole)
- **Santagões** (Povoado Fortificado)
- **Soutelo de Fornelo** (Necrópole)
- **São Paio** (Povoado Fortificado)
- **Tiber / Navio do Norte (1847) - Porto** (Naufrágio)
- **Tougues** (Necrópole)
- **Touguinha** (Povoado Fortificado)
- **Touguinhó** (Povoado Fortificado)
- **Vila Boa** (Villa)
- **Vila Boa** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila Verde** (Necrópole)
- **Vila do Conde** (Villa)
- **Vila do Conde 7 - Canhão** (Canhão)
- **Vila do Conde - Alfândega Real** (Edifício)
- **Vila do Conde - Aqueduto** (Aqueduto)
- **Vila do Conde - Casa Antero de Quental** (Vestígios Diversos)
- **Vila do Conde - cais submerso** (Cais)
- **Vila do Conde 1** (Naufrágio)
- **Vila do Conde 2** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila do Conde 3** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila do Conde 4** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila do Conde 5** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila do Conde 6** (Achado(s) Isolado(s))
- **Vila do Conde 8** (Achado(s) Isolado(s))

2.Objetivos e Metodologia:

Os objetivos do Relatório do Património passam inicialmente pela inventariação e caracterização dos elementos construídos pelo Homem que testemunham a ocupação e transformação dos territórios pelas populações locais. No entanto, não é intenção deste documento realizar uma dissertação exaustiva sobre a temática do património, mas antes uma abordagem sintética e profícua sobre tal matéria. Ulteriormente este documento terá como objetivo principal fundamentar e dar apoio operativo à gestão e planeamento urbano do território, numa vertente de valorização e salvaguarda dos valores intrínsecos da identidade dos lugares, na defesa da qualidade ambiental e paisagística. Servirá este documento para melhor fundamentar e alicerçar o conhecimento e reconhecimento do vasto património disperso pelo Concelho por parte dos vários agentes que atuam sobre o território, traduzindo-se numa gestão e num planeamento do território mais eficaz, assim como numa consciencialização coletiva da importância de proteger e valorizar o património coletivo.

A metodologia adotada na realização deste relatório divergiu relativamente aos campos da Arquitetura e da Arqueologia. Estas duas categorias, que se apresentavam em peças separadas no Plano Diretor Municipal de 1995, surgem agora num mesmo documento.que aborda ainda a temática da Arqueologia Industial. Tratando-se consequentemente de assuntos próximos mas autónomos, foram concertados por uma equipa multidisciplinar, com métodos e critérios próprios para cada uma das categorias.

2.1.O Património Arquitetónico

Tendo por objetivos os acima descritos, o inventário relativo ao Património Arquitetónico adotou uma metodologia apoiada num levantamento relativamente exaustivo dos valores patrimoniais presentes no Concelho, datado de 1995, não pretendendo no entanto debruçar-se profunda e particularmente sobre cada um dos elementos recolhidos.

Este registo baseou-se na recolha bibliográfica relativa ao património edificado de Vila do Conde, assim como na realização de inquéritos às Juntas de Freguesia, seguindo-se um indispensável trabalho de campo, do qual fez parte um levantamento fotográfico e a recolha e atualização de dados relativos aos elementos em estudo contidos no Relatório do Património de PDM de 95.

Foram ainda consultados os inventários disponíveis pelas entidades nacionais que tutelam a gestão do património cultural arquitetónico e arqueológico, através do visionamento dos respetivos sítios na internet, nomeadamente o **DGPC** (Direção-Geral do Património Cultural) e o **IHRU** (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana).

O inventário do Património Arquitetónico pautou-se assim pela seleção, identificação, classificação e caracterização dos elementos presentes no Relatório do Património Edificado do Plano Diretor Municipal de Vila do Conde de 1995, acrescidos dos elementos referenciados na base de dados do IHRU. Os elementos presentes na base de dados do DGPC, todos eles classificados ou em vias de classificação

2.2.O Património Arqueológico

Perante o quadro descrito no texto de Análise Histórico-Arqueológica, é natural que se tomem medidas cautelares destinadas à salvaguarda de um património que já foi numeroso mas que, cada vez mais, tende a ficar-se pela simples enumeração toponímica. Para que tal não aconteça, propomos algumas medidas que vão da simples tomada de atenção a ações bem mais concretas. Mas exemplifiquemos.

Todos os vestígios arqueológicos de que temos conhecimento serão objeto de uma pequena descrição e a sua localização será feita num mapa à Escala 1:10.000, sempre que saibamos qual a sua posição exata. Para tanto, elaboramos uma tabela de prioridades que escalonamos da seguinte maneira:

- Tipo A: Com esta letra, as áreas assinaladas terão de ser rigorosamente defendidas e só poderão ser objeto de intervenções arqueológicas. Quando aí já existam construções, qualquer remodelação ou revolvimento do terreno terá sempre de ter o aval dos Serviços de Arqueologia e do IPPC. Para estes casos, a área de interdição corresponde à extensão dos vestígios, acrescida dos 50 metros que a lei de defesa e salvaguarda do património arqueológico prevê.

- Tipo B: Com esta letra assinalaremos todos os locais que merecem uma proteção não rígida, isto é, onde apesar de se saber que há vestígios arqueológicos, poderão ser autorizadas obras desde que acompanhadas por arqueólogos ou precedidas de intervenções arqueológicas, caso os Serviços de Arqueologia do Município o considerem oportuno.

- Tipo C: Com esta letra serão assinalados todos os achados avulsos que, à partida não precisam de ter uma área de proteção definida. Tal como para o Tipo D, haverá a necessidade de um alerta quanto à possibilidade de outros achados surgirem nestes sítios.

- Tipo D: Serão assinalados com esta letra todos os locais que se reduzem a meros indícios toponímicos. Quando assim acontecer, é obrigação dos serviços competentes que supervisionem as obras em tais locais de dar o alerta para a possibilidade de poderem aparecer vestígios arqueológicos.

2.3.O Património Arqueológico Industrial

O conceito Arqueologia Industrial tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos, gerando uma maior sensibilização para as questões do nosso passado recente. Grande parte do nosso património industrial está a desaparecer a uma velocidade alucinante, sem que para isso se atue de forma rigorosa. Algumas das nossas instituições tutelares terão responsabilidade neste processo, talvez por ainda estar muito enraizado na mente da comunidade arqueológica e na população em geral a desvalorização da arqueologia industrial. Não é, pois, incomum ver o património industrial ser excluído das listas de património cultural, por não ser suficientemente antigo, criando assim o risco de ser liminarmente destruído e de, em consequência, legarmos ao futuro uma determinada carga patrimonial a que faltará uma importantíssima parte, aquela que justifica de per si o crescendo económico, urbanístico e demográfico de cada região. Quando se utiliza o argumento que é um objeto de estudo muito recente, costumamos dizer que a História termina ontem. Ninguém pode determinar uma barreira temporal para considerar o que é história e o que não é.

Assim, o património industrial, sendo também património arqueológico, necessita de ser inventariado com maior rapidez face à natureza dos próprios bens, móveis ou imóveis, sujeitos que estão a uma intensa destruição, fruto do crescimento urbanístico, dos novos usos industriais ou simplesmente do abandono. Espaços de dinâmica são também, naturalmente espaços em mutação acelerada.

Em países como o Reino Unido, país de vanguarda da Revolução Industrial, há muito que se alargou o conceito de arqueologia e monumento, de modo a englobar o que de mais significativo existiu no mundo do trabalho, em particular do trabalho industrial.

Apesar de Vila do Conde ser um território marcadamente agrícola, possui uma longa tradição industrial.

Plataforma de rotação entre um dos berços da industrialização portuguesa, que é o Vale do Ave, e a planície litoral, essencial ao escoamento dos produtos industriais, o território de Vila do Conde sempre foi muito apetecível para a fixação de empreendedores.

Primeiro, as moagens proto-industriais desde a Idade Média, aproveitando-se o encerramento do rio Ave para a instalação de azenhas.

Durante séculos, os moinhos e azenhas foram um elemento marcante da paisagem portuguesa. Vila do Conde, em virtude das suas abundantes águas, era um concelho rico por excelência neste tipo de construções.

As mais diversas azenhas, com as suas rodas laterais, e os mais diferentes moinhos, com os seus rodízios horizontais e colocados debaixo das construções, desafiaram a fúria dos rios e ribeiros ao longo de séculos, aproveitando essa força para fazer mover mós de pedra que transformavam o duro grão na preciosa farinha.

Possuindo este tipo de património na generalidade um carácter proto-industrial, encontra-se incluído também no Inventário do Património Industrial de Vila do Conde, tendo já sido contabilizadas cerca de 80 unidades. Esta inventariação passa pela sua divulgação, conservação e recuperação, ainda que desprovida do sentido industrial que outrora teve e que não respeite apenas fachadas, as quais embora importantes não são suficientes para que a memória do moinho ou da azenha seja respeitada.

O século XIX e o início do século XX assistem a uma proliferação industrial, principalmente nas proximidades da linha de caminho-de-ferro e na zona litoral do concelho, correspondendo, grosso modo, à atual área urbana de Vila do Conde. É neste contexto que surgem novas indústrias de fiação e tecelagem, como a Companhia Rio Ave (1888) e a Fábrica Ferreira & Irmão (1924). A indústria conserveira também se fez representar de forma significativa, ou não existisse no lugar das Caxinas a maior comunidade piscatória do país: Fábrica de Conservas Aviz (1937), Fábrica de Conservas Oceano (1940), Fábrica de Conservas Belamar (1945), Póvoa Exportadora (1945), Conservas S. Pedro (1965), para citar alguns exemplos.

A transformação industrial com carácter rural imprime marcas mais dispersas em Vila do Conde onde podemos encontrar alguns exemplos industriais espalhados pelas freguesias. Estes espaços desenharam novas geografias e arquiteturas, mantendo uma intensa relação com a paisagem e contribuindo para o desenvolvimento das áreas por si ocupadas. Apesar da urbanidade se começar a alastrar, edifícios como a Fábrica de Mindelo, em Fajozes, a Fábrica de Papel do Ave, em Fornelo, a Antiga Fábrica da Pólvora, em Canidelo, a Portucel, em Guilhabreu, são bons exemplos de espaços industriais inseridos em ambiente rural. O aproveitamento de fatores ambientais e naturais assim como a existência de amplas propriedades para aí construírem as fábricas, leva por outro lado, a um retorno ao nível social e económico ao proporcionar emprego aos residentes locais, gerando assim o progresso dessas regiões.

A par das indústrias citadas, Vila do Conde abrangeu uma larga panóplia no que toca às diferentes tipologias industriais, abarcando empresas como a Fábrica de Lápis Portugália, a Frutuaria de Vila do Conde (fábrica de manteiga), a Fábrica de Sabão, a Fábrica de Chocolates Franceses Météor, mais tarde Imperial, a MACONDE (empresa de confeções) ou mesmo a primeira e mais importante unidade de transformação de lacticínios da União de Cooperativas Agrícolas de Entre – Douro – e – Minho – a AGROS.

Contudo, Vila do Conde não fica alheia ao processo de desindustrialização e transformação urbana, vindo a perder algumas das suas indústrias mais emblemáticas desde as primeiras décadas do século XX como as Conservas Aviz, Companhia Rio Ave, ou a Fábrica de Lápis Portugália, para citar alguns exemplos.

Para que possamos entender a história recente da população em presença neste troço terminal do vale do Ave, temos que analisar e compreender o património industrial quanto à sua importância arquitetónica, técnica/tecnológica, urbana, histórica e social.

Tendo em conta estes fatores, surge em 2005 o Projeto de Estudo e Inventário do Património Industrial de Vila do Conde, levado a cabo pelo Gabinete de Arqueologia Municipal, tendo como

preocupação e objetivo imediatos a prospeção exaustiva e identificação dos vestígios ainda existentes, promovendo a conservação e salvaguarda de imóveis e máquinas, apostando na sua valorização e sempre que possível na sua musealização. Ao mesmo tempo, tenta-se garantir que os públicos abrangidos participem sempre que isso for possível em todo o projeto, apoiando ainda a sensibilização para a proteção e a prevenção de eventuais ações de delapidação.

Assim, o trabalho apresentado neste relatório relativo à Arqueologia Industrial tem por base esse projeto desenvolvido desde 2005 e que adotou a metodologia de seguida descrita. No caso de inventários como este, existe a necessidade de adotar critérios de seleção das empresas no que respeita à prioridade da sua inventariação e estudo. Esses critérios assentam, basicamente, na antiguidade do edifício, interesse arquitetónico e iminência de demolição.

Visita às Instalações Industriais e recolha de espólio

Numa primeira fase e após autorização dos proprietários legais foram efetuadas visitas a algumas empresas para uma primeira análise do edificado e verificação do espólio ainda existente. Apenas foi recolhido o espólio doado, conseguindo-se apenas três máquinas de debuxo antigas (da Fábrica de Mindelo) no que respeita a maquinaria. Empresas em laboração, como a Imperial e a Ach Brito também foram alvo de visitas, com o propósito da divulgação do projeto e sensibilização dos responsáveis para a importância da sua empresa na comunidade.

Recolha de arquivos empresariais

Procedeu-se à recolha de dois arquivos empresariais de grandes dimensões provenientes de duas empresas têxteis- Fábrica de Mindelo e Narfil, e do arquivo da Fábrica de Papel do Ave, sendo este de menores dimensões.

Dada a limitação temporal, em virtude de as fábricas se encontrarem a ser desmanteladas, sob o perigo de roubo ou maior destruição da documentação, a referida recolha foi efetuada de forma apressada, tendo-se posteriormente procedido à sua sistematização e acondicionamento adequado, adotando sempre que possível, alguns critérios organizativos da massa documental, constituída por cerca de 117 metros lineares. Em virtude de o Arquivo Municipal de Vila do Conde se encontrar em fase de mudanças de instalações em 2009, tendo como prioridade, naturalmente o tratamento e armazenamento da documentação que já se encontrava à sua guarda e dado que os arquivos empresarias não se encontravam nas melhores condições de armazenamento, optou-se por contactar o Arquivo Distrital do Porto. Assim, foi estabelecido um auto de doação por parte da Câmara Municipal de Vila do Conde ao Arquivo Distrital do Porto em março de 2010, para adequado tratamento técnico arquivístico e disponibilização ao público.

Ao mesmo tempo, encontrando-se esses arquivos no Arquivo Distrital do Porto, para além da garantia de uma mais rápida disponibilização ao público, a qual se veio a confirmar, a sua localização geográfica e frequência por parte de uma grande comunidade de investigadores possibilita uma mais ampla divulgação da história de Vila do Conde.

Registo Fotográfico

Foi efetuado um exaustivo registo fotográfico ao nível geral e de pormenor das instalações fabris e do espólio existente, conseguindo-se ainda registar toda a maquinaria da fábrica Narfil, a qual foi vendida e desmontada logo de seguida.

A par deste trabalho *in situ*, foram digitalizadas e fotografadas em estúdio diversas películas cedidas temporariamente pelos proprietários. A par disso, mantém-se um trabalho constante de pesquisa e recolha junto de diversas fontes.

Registo de Vídeo

Foram realizadas filmagens nas três fábricas acima referidas. Ao mesmo tempo, pesquisou-se no arquivo de filmes antigos da câmara municipal a existência de películas sobre a indústria vila-condense, tendo-se encontrado alguns exemplares bastante interessantes. Também foram estabelecidos contactos com familiares de antigos empresários, os quais cederam filmes antigos existentes no seu arquivo particular.

A Cinemateca Portuguesa e o Arquivo da RTP também possuem material fílmico bastante importante para a história de Vila do Conde, cujas cópias já se encontram na posse da Câmara Municipal.

Pesquisa Bibliográfica e Arquivística

Para além da pesquisa de bibliografia geral relacionada com esta temática, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre unidades industriais do concelho noticiadas em periódicos locais e nacionais. Paralelamente foi efetuada uma recolha documental arquivística ao nível do levantamento de todos os processos de licenciamento industrial existentes no Arquivo Municipal. As fotografias de arquivo são outra das fontes utilizadas na investigação.

Tratamento, Conservação e Preservação do Espólio

Tem-se procedido ao tratamento do espólio recolhido no laboratório de conservação e restauro do Gabinete de Arqueologia Municipal, sendo posteriormente inventariado, devidamente acondicionado e pronto a ser divulgado.

3.Inventário:

Os valores patrimoniais são cartografados à escala 1/10.000, nas três classes de Património, o Património Arquitetónico, o Arqueológico e o Arqueológico Industrial.

A sua identificação é feita numa listagem por freguesias na qual consta um primeiro número relativo à freguesia e um segundo ao próprio elemento.

No Património Arquitetónico a cada um dos elementos identificados corresponde uma ficha individual onde constam a designação do valor patrimonial, sua localização e classificação atual ou proposta de classificação (em vias de classificação).

Outros dados serão acrescidos à informação de cada um dos elementos inventariados sempre que possível, nomeadamente a época de construção, o seu estado de conservação, propriedade e uso atual, proposta de classificação, observações, e identificação fotográfica.

No que se refere aos vestígios arqueológicos e arqueológicos industriais, serão realizadas igualmente fichas individuais, nas quais cada um dos elementos será identificado cartograficamente sempre que possível como já fora referido. Destas fichas consta igualmente uma pequena descrição de cada um dos elementos catalogados referentes aos vestígios arqueológicos e a identificação fotográfica nos vestígios de Arqueologia Industrial.

O inventário das três classes do Património é feito isoladamente em três capítulos que acompanham este Relatório.